

SEPARAÇÃO JUDICIAL

INCOMPATIBILIDADE DE GÊNIO

PEDIDO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVÓRCIO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE, ESTADO DO Distribuição por Dependência apenso aos autos nº., brasileiro (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado e, brasileiro (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, separados legalmente, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, nº, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor CONVERSÃO CONSENSUAL DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Os Requerentes casaram-se sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, em de de, conforme doc., em anexo. Do enlace resultou o nascimento de ... (...) filhos,, nascida em de de, nascida em de de, e, nascida em de de, conforme docs. Declaram os requerentes inexistirem bens imóveis ou móveis a serem objeto de partilha. Por sentença proferida pelo Meritíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara de Família da Comarca de, nos autos sob nº, foi decretada a separação consensual do casal, cuja sentença transitou em julgado em de de, conforme docs., em anexo. Todas as obrigações assumidas por ocasião da separação consensual do casal estão sendo regularmente adimplidas. DO DIREITO A presente encontra supedâneo no art. 1580 do Código Civil. DOS PEDIDOS Diante de todo exposto, não existindo qualquer pendência com relação ao acordado na oportunidade da separação consensual, e, tendo decorrido o lapso temporal autorizatório para a Conversão, requer a Vossa Excelência: a) A concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA aos requerentes, nos termos da Lei 1060/50 e de conformidade com as anexas declarações de pobreza (doc.); b) A intimação do digno representante do Ministério Público; c) A distribuição por dependência do presente feito à Vara de Família desta Comarca, em apenso aos autos sob o nº, d) A procedência do presente pedido para converter a separação consensual do casal em divórcio, mantidas as condições estabelecidas na separação, que se encontram regularmente adimplidas; e) A produção de todas as provas em direito admitidas. Dá-se à causa o valor de R\$, Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB